

# **Demonstrações financeiras**

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

31 de dezembro de 2023 e 2022  
com Relatório do Auditor Independente

# Salto Jaurú Energética S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração dos resultados abrangentes .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



Centro Empresarial PB 370  
Praia de Botafogo, 370  
6º ao 10º andar - Botafogo  
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tel: +55 21 3263-7000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Salto Jaurú Energética S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto Jaurú Energética S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Salto Jaurú Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2024.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC-SP015199/ F



Leonardo Araujo Ferreira  
Contador CRC-RJ116384/O

## Salto Jaurú Energética S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>3</b>	<b>1.989</b>	1.003
Contas a receber	<b>4</b>	<b>1.211</b>	321
Estoques		<b>1.003</b>	844
Impostos a recuperar		<b>108</b>	94
Despesas antecipadas		<b>155</b>	175
Outros		<b>204</b>	-
Total do ativo circulante		<b>4.670</b>	2.437
Não circulante			
Imobilizado	<b>5</b>	<b>91.421</b>	97.407
Arrendamento	<b>6</b>	<b>72</b>	177
Total do ativo não circulante		<b>91.493</b>	97.584
Total do Ativo		<b>96.163</b>	100.021

	<b>Notas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	<b>7</b>	<b>564</b>	640
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	<b>4.856</b>	9.213
Impostos e contribuições a recolher		<b>604</b>	452
Dividendos a pagar	<b>15</b>	<b>10.655</b>	12.406
Arrendamento	<b>6</b>	<b>88</b>	91
Outras contas a pagar		<b>2</b>	325
Total do passivo circulante		<b>16.769</b>	23.127
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>8</b>	-	4.848
Provisão para contingências	<b>9</b>	<b>26.000</b>	766
Arrendamento	<b>6</b>	<b>10</b>	113
Total do passivo não circulante		<b>26.010</b>	5.727
Patrimônio líquido			
Capital social	<b>10</b>	<b>9.837</b>	9.837
Prejuízos acumulados	<b>10</b>	<b>(8.882)</b>	7.912
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>10</b>	<b>52.429</b>	53.418
Total do patrimônio líquido		<b>53.384</b>	71.167
Total do passivo e do patrimônio líquido		<b>96.163</b>	100.021

## Salto Jaurú Energética S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	11	22.616	19.220
Custo de geração de energia	12	(14.352)	(9.594)
Lucro bruto		8.264	9.626
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(360)	(383)
Outras (despesas) receitas operacionais	15	(23.485)	(66)
		(23.845)	(449)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(15.581)	9.177
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	209	(586)
Despesas financeiras	13	(3.192)	(1.654)
		(2.983)	(2.240)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.564)	6.937
Imposto de renda e contribuição social Corrente	14	(770)	(733)
		(770)	(733)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(19.334)	6.204



## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<b>(19.334)</b>	6.204
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<b>(19.334)</b>	6.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>9.837</b>	<b>1.968</b>	<b>3.832</b>	<b>54.709</b>	-	<b>70.346</b>
Realização da avaliação patrimonial	10.c	-	-	-	(1.291)	1.291	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	10.d	-	-	(3.832)	-	-	(3.832)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.204	6.204
Dividendos mínimos obrigatórios	10.d	-	-	-	-	(1.551)	(1.551)
Reserva de dividendos complementares	10.b	-	-	5.944	-	(5.944)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>9.837</b>	<b>1.968</b>	<b>5.944</b>	<b>53.418</b>	-	<b>71.167</b>
Realização da avaliação patrimonial	10.c	-	-	989	(989)	-	-
Cancelamento de dividendos declarados		-	-	1.551	-	-	1.551
Absorção dos prejuízos		-	(1.968)	(8.484)	-	10.452	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(19.334)	(19.334)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>9.837</b>	-	<b>8.484</b>	<b>52.429</b>	<b>(8.882)</b>	<b>53.384</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

### Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		<b>(19.334)</b>	6.204
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	<b>5</b>	<b>6.256</b>	5.940
Depreciação de arrendamento	<b>6</b>	<b>113</b>	101
Juros sobre arrendamento	<b>6</b>	<b>14</b>	21
Encargos financeiros, líquidos	<b>8</b>	<b>1.443</b>	2.560
Baixa de ativo imobilizado	<b>5</b>	<b>-</b>	90
Provisão para contingências	<b>9</b>	<b>25.234</b>	90
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		<b>(890)</b>	3.789
Estoques		<b>(159)</b>	34
Impostos a recuperar		<b>(14)</b>	(1)
Depósitos judiciais		<b>-</b>	80
Despesas antecipadas		<b>20</b>	24
Outros		<b>(204)</b>	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		<b>(76)</b>	(3.337)
Impostos e contribuições a recolher		<b>154</b>	(83)
Outros		<b>(323)</b>	15
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>12.234</b>	15.529
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	<b>5</b>	<b>(270)</b>	(516)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<b>(270)</b>	(516)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	<b>8</b>	<b>(9.003)</b>	(7.619)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	<b>8</b>	<b>(1.645)</b>	(2.389)
Pagamento de arrendamento	<b>6</b>	<b>(128)</b>	(112)
Dividendos pagos		<b>(202)</b>	(5.249)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<b>(10.978)</b>	(15.369)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>986</b>	(356)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		<b>1.003</b>	1.359
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		<b>1.989</b>	1.003
Varição líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<b>986</b>	(356)
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		<b>432</b>	493
Valores pagos de CS:		<b>254</b>	275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

A Salto Jaurú Energética S.A. ("Salto Jaurú", "SAJESA" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado. A Sociedade tem por objeto a implantação e a exploração, como produtor independente, da Pequena Central Hidrelétrica Salto ("PCH Salto" ou "PCH"), a manutenção e a operação de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH, bem como exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A PCH está localizada no município de Indiavaí e no município de Jauru - MT, com 19,0 MW de potência instalada, cuja exploração foi autorizada por meio da Resolução da ANEEL nº 215, publicada de 15 de junho de 2001.

A Sociedade foi constituída em 26 de abril de 2001, e atualmente é controlada diretamente pela Elera Renováveis S.A.

A Sociedade foi autorizada pelo órgão regulador a entrar em operação em 29 de dezembro de 2007, sendo que, iniciou suas atividades de comercialização de energia somente a partir de 1º de janeiro de 2008.

Originalmente, o prazo de vigência de autorização era de 30 anos contados a partir da data de publicação da Resolução da ANEEL nº 215/2001 (15 de junho de 2001), encerrando em 14 de junho de 2031.

Em 8 de setembro de 2021, a Resolução Homologatória nº 2.931/2021, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021 e na Resolução Normativa nº 895/2020, que tratam da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas pelos riscos não hidrológicos (GSF), homologou a extensão de prazo das outorgas das usinas hidrelétricas participantes do MRE. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de vigência de sua autorização prorrogado para 10 de maio de 2034.

Em 26 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.318/2022, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que ajustou o marco inicial de vigência das outorgas de determinadas usinas para a entrada em operação comercial da 1ª Unidade Geradora. Com isso, a PCH Salto teve o prazo de outorga estendido até 29 de dezembro de 2037.

Contudo, após publicação destes resultados, a ANEEL reconheceu que o ajuste do marco inicial de vigência das outorgas, determinado pela Lei 14.182, afetaria a extensão de prazo originalmente disposta na Resolução Homologatória nº 2.931/2021. Desta forma, em 14 de junho de 2022, por meio do Ofício nº 036/2022-SRG-SRM-SCG/ANEEL, a ANEEL determinou que a CCEE recalculasse os prazos de extensões das outorgas das usinas afetadas, o que possivelmente resultará em nova extensão de prazo a ser homologada pela ANEEL.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional --Continuação

Em 15 de agosto de 2023, após recálculo da CCEE, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.242/2023, que aprovou definitivamente a metodologia de cálculo da extensão do prazo de outorga hídricas participantes do MRE. Como último passo administrativo, em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que aprovou a extensão do prazo de outorga da PCH Salto Jauru para 21 de janeiro de 2044.

O prazo de autorização da PCH pode ainda ser prorrogado uma única vez por mais 30 anos, conforme critérios estabelecidos pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebido, serão considerados os valores dos investimentos realizados, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - Power Purchase Agreement) de acordo com as seguintes principais características:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Parte relacionada	01/01/2021	31/12/2026
Distribuidora de energia	01/07/2007	30/06/2027

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, respectivamente.

A Sociedade apresenta um Capital circulante líquido negativo de R\$ 12.101 (Em 31 de dezembro de 2022, o montante era de R\$ 25.538 negativo). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que os acionistas, que possui habilidade para tal, continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**

#### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2. Base de elaboração**

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis**

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

##### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

##### b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

##### b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

##### i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

##### b) Instrumentos financeiros--Continuação

##### b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

##### ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar, os dividendos a pagar e empréstimos e financiamentos.

##### c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

##### d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.



## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

e) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 5.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

f) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

g) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação**

#### **2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação**

h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

i) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

j) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

k) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

#### 2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

m) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários	17	50
Aplicações financeiras	1.972	953
Total	<u>1.989</u>	<u>1.003</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Banco Itaú S.A.	CDB	CDI	961	953
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	1.011	-
			<u>1.972</u>	<u>953</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Contas a receber

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Venda de energia	219	210
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	94	111
Contas a receber – partes relacionadas	898	-
	<u>1.211</u>	<u>321</u>

(\*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo a vencer	612	321
Saldo vencido até 30 dias	599	-
Total	<u>1.211</u>	<u>321</u>

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado

	Em serviço				Em curso			Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e Adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
<b>31 de dezembro de 2021</b>	372	25.668	151.011	17.744	10.740	2.430	480	208.445
Adições	-	-	-	-	-	-	516	516
Baixas	-	(82)	-	-	-	-	(8)	(90)
Transferências	-	10	-	22	-	4	(36)	-
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>372</b>	<b>25.596</b>	<b>151.011</b>	<b>17.766</b>	<b>10.740</b>	<b>2.434</b>	<b>952</b>	<b>208.871</b>
Adições	-	-	-	-	-	72	198	270
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	10.197	(130.489)	131.479	(10.268)	-	(919)	-
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>372</b>	<b>35.793</b>	<b>20.522</b>	<b>149.245</b>	<b>472</b>	<b>2.506</b>	<b>231</b>	<b>209.141</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>	(91)	(14.735)	(74.873)	(9.758)	(6.067)	-	-	(105.524)
Adições de depreciação	(7)	(946)	(4.156)	(489)	(412)	-	-	(6.010)
Baixas de depreciação	-	70	-	-	-	-	-	70
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(98)</b>	<b>(15.611)</b>	<b>(79.029)</b>	<b>(10.247)</b>	<b>(6.479)</b>	-	-	<b>(111.464)</b>
Adições de depreciação	(7)	(1.350)	(1.194)	(3.593)	(112)	-	-	(6.256)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>(105)</b>	<b>(16.961)</b>	<b>(80.223)</b>	<b>(13.840)</b>	<b>(6.591)</b>	-	-	<b>(117.720)</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>274</b>	<b>9.985</b>	<b>71.982</b>	<b>7.519</b>	<b>4.261</b>	<b>2.434</b>	<b>952</b>	<b>97.407</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>267</b>	<b>18.832</b>	<b>(59.701)</b>	<b>135.405</b>	<b>(6.119)</b>	<b>2.506</b>	<b>231</b>	<b>91.421</b>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

#### a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2020 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	<b>25 a 50 anos</b>
Máquinas, equipamentos e instalações	<b>10 a 40 anos</b>
Reservatórios barragens e adutoras	<b>30 a 50 anos</b>
Transmissão e distribuição	<b>20 a 40 anos</b>

#### b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Sociedade optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 de R\$ 112.984, o qual foi registrado no ativo imobilizado. Não foi constituído passivo diferido sobre o montante uma vez que a Sociedade apura impostos com base no lucro presumido.

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Imobilizado--Continuação

#### c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

#### d) Extensão de outorga

Em 8 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE pelos agentes elegíveis.

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil utilizando os preceitos de reconhecimento de ativo não financeiro a valor justo. O ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Sociedade, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **5. Imobilizado--Continuação**

#### **d) Extensão de outorga--Continuação**

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, foi homologada pela ANEEL e apropriado como um imobilizado em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

Em 1º de dezembro de 2020 a Diretoria da ANEEL aprovou a metodologia e os valores preliminares apresentados em audiência pública. Com base nessa informação, a Sociedade determinou o valor e a extensão que lhe confere a regulamentação, de 30 meses, ao valor de R\$ 9.364. Com base nos termos dessa regulamentação, em 30 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a referida repactuação.

A mensuração deste ativo não financeiro é observável por todos os participantes do MRE que aderiram a proposta da ANEEL e o ativo foi reconhecido ao seu valor justo. O ativo reconhecido será amortizado pelo prazo remanescente da outorga.

A Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a Resolução Normativa nº 945/2021, conforme diretrizes regulamentadas pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, que ampliou a metodologia de cálculo do impacto do GSF também para as usinas que foram repactuadas com contratos no mercado regulado (ACR) desde 2015, nos Termos da REN 684/2015. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica atualizou os cálculos novamente, conforme nova regulação disponibilizada em 3 de agosto de 2021. Conseqüentemente, em setembro de 2021 a Companhia reconheceu novo ajuste de R\$ 1.190, bem como extensão de 35 meses na sua respectiva outorga.

Em setembro de 2021 a Sociedade efetuou a liquidação do passivo referente contas a pagar risco hidrológico no montante de R\$24.467.



## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Arrendamento

A composição do arrendamento é a seguinte:

#### Movimentação da controladora

<b>Custo</b>	<b>Veículos</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>295</b>
Adições	1
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>296</b>
Adições	8
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>304</b>
<b>Amortização</b>	
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>(18)</b>
Adições de amortização	(101)
<b>31 de dezembro de 2022</b>	<b>(119)</b>
Adições de amortização	(113)
<b>31 de dezembro de 2023</b>	<b>(232)</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>177</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>72</b>

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação de equipamentos, delimitados as outorgas das controladas, setembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamento são como segue:

	<b>2023</b>	2022
Valor nominal dos pagamentos futuros	<b>98</b>	218
Ajuste a valor presente	-	(14)
	<b>98</b>	204
Passivo circulante	<b>88</b>	91
Passivo não circulante	<b>10</b>	113

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6. Arrendamento--Continuação

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	204	294
Adições	8	1
Pagamento	(128)	(112)
Juros sobre arrendamento	14	21
Saldo final	<u>98</u>	<u>204</u>

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Sociedade para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida do grupo econômico.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>
2025	<u>10</u>
	<u>10</u>

### 7. Contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)		-
Fornecedores	234	268
Contas a pagar – partes relacionadas	330	357
Seguros	-	15
Total	<u>564</u>	<u>640</u>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Empréstimos e financiamentos

Credor	Modalidade	Encargos	2023		2022	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Elera Renováveis S.A.	Partes relacionadas	CDI + 3% a.a.	4.856	-	9.213	4.848
Total			4.856	-	9.213	4.848

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2023	2022
Saldo inicial	14.061	21.509
Juros provisionados	1.443	2.560
Amortização – principal	(9.003)	(7.619)
Pagamento – juros	(1.645)	(2.389)
Saldo final	4.856	14.061

Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade possui operação de mútuo realizada com a Elera Renováveis S.A, a operação foi iniciada em 2021, com juros de CDI + 3% a.a. e data de vencimento em 30 de julho de 2024.

### 9. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	2023	2022
Riscos cíveis	26.000	766
Total	26.000	766

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela Administração:

	Cíveis
31 de dezembro de 2021	676
Atualização	90
Adição	-
31 de dezembro de 2022	766
Atualização	1.751
Adição	23.483
31 de dezembro de 2023	26.000

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Provisão para contingências--Contiuação

O valor contingenciado no montante de R\$ 26.000 (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2022), refere-se a (i) uma ação de desapropriação movida em face de pessoa física, no montante de R\$ 775; e uma ação monitória movida em face da companhia, no montante de R\$ 25.225.

Nesta ação monitória, reclassificada de possível para provável no exercício social de 2023, tem a seguinte descrição: em 2018 a ENGECON ajuizou ação pleiteando a responsabilização da SAJESA pelo pagamento a título de remuneração decorrente do Contrato de Licença de Uso de Obra Intelectual que foi objeto da Ação Declaratória de nº 0204513-14.2006.8.26.0100. Ocorre que, em 2019, os embargos monitórios da SAJESA foram rejeitados e foi proferida sentença que julgou procedente a ação monitória. Apesar de SAJESA ter apresentado recurso de apelação contra a sentença na ação monitória, o TJSP negou provimento ao recurso.

Dando seguimento aos recursos, SAJESA interpôs recurso especial contra o acórdão da apelação, porém o TJSP realizou o exame de admissibilidade do recurso especial e negou seu seguimento. A decisão foi publicada em 30 de Janeiro de 2023. A partir dessa data os assessores jurídicos da SAJESA para esta ação judicial reavaliaram o prognóstico de perda acerca da causa, de modo a considerá-la, a partir de fevereiro de 2023, como uma causa com prognóstico de perda "provável" contra a SAJESA no montante total de R\$ 19.209. Em dezembro de 2023 o valor provisionado é de R\$ 25.225, (índice INPC do IBGE). Considerando as decisões desfavoráveis à SAJESA, o processo segue em discussão por meio de recurso perante o STJ.

A Engecon instaurou cumprimento provisório dos valores em outubro de 2021. A SAJESA contratou seguro-garantia no valor de R\$ 20.443 para garantir o Juízo. Diante disso, não há no momento nenhum ato de constrição/ordem de levantamento vigente contra a SAJESA.

### 9. Provisão para contingências--Continuação

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Riscos cíveis	<u>21.700</u>	<u>37.352</u>
Total	<u>21.700</u>	<u>37.352</u>

#### Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 existem 2 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 21.700 (R\$ 37.352 em 31 de dezembro de 2022), sendo: (i) uma ação indenizatória cumulada com pedido de obrigação de fazer proposta por 50 autores contra 6 empreendedores de geração de energia com operação na bacia do Rio Jauru; (ii) uma ação regulatória proposta pela companhia. Em fevereiro de 2023 uma ação cível movida contra a companhia SAJESA no valor de R\$ 19.209, teve seu prognóstico alterado de possível para provável.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 9.837, dividido em 27.237.066 (vinte e sete milhões e duzentos e trinta e sete mil e sessenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias estão assim distribuídas:

Acionista	2023		2022	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Elera Renováveis S.A.	20.723.049	76,0839989	20.723.049	76,0839989
Utiriti Participações S.A.	3.631.245	13,3319977	3.631.245	13,3319977
Outros acionistas não controladores	2.882.772	10,5840034	2.882.772	10,5840034
	<b>27.237.066</b>	<b>100%</b>	<b>27.237.066</b>	<b>100%</b>

#### b) Reservas de lucros

##### b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. As reservas foram integralmente absorvidas pelos prejuízos acumulados no exercício de 2023.

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O lucro remanescente após compensação dos prejuízos, constituição da reserva legal, distribuição do dividendo mínimo obrigatório e possível valor destinado pela Assembleia Geral para a distribuição de dividendos complementares limitados a 25% do lucro líquido ajustado após as deduções supracitadas e/ou para outras reservas de lucros que se façam necessárias, deverá ser destinado à Reserva de Retenção de Lucros.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Patrimônio líquido--Continuação

#### b) Reservas de lucros--Continuação

##### b.2) *Reserva de retenção de lucros*--Continuação

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade. As reservas foram integralmente absorvidas pelos prejuízos acumulados no exercício de 2023.

#### c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado da Sociedade, líquido dos efeitos do imposto de renda e contribuição social, realizada em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica “ajuste de avaliação patrimonial”. Os valores serão transferidos à conta de “lucros acumulados” na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

#### d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

A totalidade dos acionistas da Salto Jauru Energética S.A., companhia fechada, por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 04 de abril de 2023, e com fulcro no parágrafo terceiro do artigo 202, parágrafo terceiro da Lei 6.404/76, aprovou a retenção da totalidade do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de 6.204, constituindo portanto a reserva de retenção de lucros.

Em 18 de abril de 2022, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no valor de R\$ 3.832 (R\$ 140,70 por lote de mil ações).

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Receita operacional líquida

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica (*)	1.630	777
Venda de energia elétrica – partes relacionadas	20.134	18.695
Resultado com MRE e CCEE	1.686	535
	<u>23.450</u>	<u>20.007</u>
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	-	(1)
PIS	(148)	(140)
COFINS	(686)	(646)
	<u>(834)</u>	<u>(787)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>22.616</u></u>	<u><u>19.220</u></u>

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	206
<i>Royalties</i> ANEEL	<b>1.251</b>	1.546
	<b>1.251</b>	1.752
Custo com a operação		
Comissão de venda – partes relacionadas	<b>860</b>	793
Serviços de terceiros	<b>642</b>	685
Seguros	<b>345</b>	390
Depreciação	<b>6.368</b>	6.111
Serviços de operação e manutenção – partes relacionadas	<b>1.722</b>	1.604
Manutenção	<b>201</b>	60
MRE/CCEE (*)	<b>2.701</b>	(1.817)
Penalidade (**)	-	(193)
Telecomunicações	<b>38</b>	30
Outros	<b>224</b>	179
	<b>13.101</b>	7.842
Total do custo de geração de energia	<b>14.352</b>	9.594
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	<b>22</b>	45
Serviços de administração – partes relacionadas	<b>338</b>	338
Total das despesas gerais e administrativas	<b>360</b>	383
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<b>14.712</b>	9.977

(\*) R\$ 522 Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

R\$ (R\$ 2.339) referentes à reversão de contas a receber provenientes de processo administrativos, convertido em processo judicial em 13 de outubro de 2022, visando a efetivação dos efeitos provenientes de repactuação de contrato de venda de energia no mercado regulado. Após avaliação junto a seus consultores jurídicos, a Companhia avalia que o referido processo judicial terá desfecho de perda possível.



## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Resultado Financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	209	208
Reversão por repactuação de contrato de energia (*)	-	(794)
Total	<u>209</u>	<u>(586)</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	1.443	2.560
Juros sobre passivo de arrendamento	14	21
Despesas com letras de crédito	-	1
Atualização de contingências	1.751	90
Imposto sobre operações financeiras	-	2
Despesas com juros e descontos concedidos (*)	(16)	186
Reversão por repactuação de contrato de energia (*)		
Total	<u>3.192</u>	<u>1.654</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a reversão referentes à reversão de contas a pagar provenientes de processo administrativo, convertido em processo judicial em 13 de outubro de 2022, visando a efetivação dos efeitos provenientes de repactuação de contrato de venda de energia no mercado regulado). Após avaliação junto a seus consultores jurídicos, a Companhia avalia que o referido processo judicial terá desfecho de perda possível. Os efeitos foram reconhecidos no resultado nas mesmas rubricas onde haviam sido originalmente provisionados, com isso foi estornado a atualização monetária sobre de venda de energia R\$ 794 e R\$ 1.206 referente a atualização monetária sobre compra de energia.

### 14. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Corrente		
Imposto de renda	497	476
Contribuição social	273	257
Total com despesas de impostos	<u>770</u>	<u>733</u>

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos correntes	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	23.450	23.450	21.548	21.548
ICMS	(0)	(0)	-	-
	23.450	23.450	21.548	21.548
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.876	2.814	1.724	2.586
Receitas financeiras	209	209	239	239
Outras receitas	-	-	35	35
Base de cálculo total	2.085	3.023	1.998	2.860
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
Total com despesas de impostos	497	273	476	257

(\*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9%, para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

### 15. Outras receitas e despesas operacionais

	2023	2022
Outras (despesas) receitas operacionais		
Multa e juros sobre tributo	(2)	(3)
Provisão de contingências (nota 9)	(23.483)	(90)
Ganho da venda de ativos	-	27
Total com despesas de impostos	(23.485)	(66)

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b><u>Ativo</u></b>			
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	<b>898</b>	-
		<b>898</b>	-
<b><u>Passivo</u></b>			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	<b>138</b>	209
Elera Comercializadora Ltda.	(b)	<b>154</b>	148
Elera Renováveis Participações S.A.	(b)	<b>35</b>	-
Tangará Energia S.A.	(b)	<b>3</b>	-
Unidas Locações e Serviços S.A.	(b)	<b>10</b>	-
		<b>340</b>	357
<b><u>Dividendos a pagar</u></b>			
Elera Renováveis S.A.	(c)	<b>8.107</b>	9.439
Utiriti Participações S.A.	(c)	<b>1.420</b>	1.654
Acionistas não controladores	(c)	<b>1.128</b>	1.313
		<b>10.655</b>	12.406
<b><u>Mútuos</u></b>			
Elera Renováveis S.A.	(d)	<b>4.855</b>	14.061
		<b>4.855</b>	14.061
<b><u>Receita</u></b>			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(e)	<b>20.134</b>	18.695
		<b>20.134</b>	18.695
<b><u>Compras de energia</u></b>			
Elera Renováveis S.A.	(f)	-	206
		-	206
<b><u>Custo/Despesa</u></b>			
Serviços de ADM			

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Elera Renováveis S.A.	(g)	338	338
-----------------------	-----	-----	-----

### 16. Transações com partes relacionadas--Continuação

<b>338</b>	<b>338</b>
------------	------------

#### Serviços de O&M

Elera Renováveis S.A.	(h)	1.722	1.604
-----------------------	-----	-------	-------

<b>1.722</b>	<b>1.604</b>
--------------	--------------

#### Despesas financeiras

Elera Renováveis S.A.	(i)	1.443	2.560
-----------------------	-----	-------	-------

<b>1.443</b>	<b>2.560</b>
--------------	--------------

#### Comissão

Elera Comercializadora Ltda.	(j)	860	793
------------------------------	-----	-----	-----

<b>860</b>	<b>793</b>
------------	------------

Durante o ano de 2023, a remuneração total dos administradores foi de R\$ 12.

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Se referem aos dividendos a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (d) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (e) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (f) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (g) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (h) Conforme contratos celebrados entre as partes, refere-se a serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustada anualmente pela variação do IGP-M;
- (i) Despesas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (j) Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Com) e a Elera Comercializadora Ltda. (BET) assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Com cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., conforme termo de entendimentos, por força do qual, em determinadas condições, a Sociedade fica obrigada a pagar à Rede.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 153.943 (R\$ 153.943 em 31 de dezembro de 2022) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a Tangará Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 450.000 (R\$ 450.000 em 31 de dezembro de 2022).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

### 18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48 a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

#### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros	2023			2022		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.989	1.989	-	1.003	1.003
Contas a receber	1.211	-	1.211	321	-	321
	<b>1.211</b>	<b>1.989</b>	<b>3.200</b>	<b>321</b>	<b>1.003</b>	<b>1.324</b>

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Passivos financeiros	2023	2022
	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	564	640
Arrendamento	98	204
Empréstimos e financiamentos	4.856	14.061
Dividendos a pagar	10.655	12.406
	<b>16.173</b>	<b>27.311</b>

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

#### b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

#### c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.989	1.003

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

#### d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

## Salto Jaurú Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros--Continuação

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2023, 2022, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.



## **Salto Jaurú Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 04 de março de 2024.